

A GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 30 À DE 90: CONCEPÇÕES E TEMÁTICAS

Darlene Ap. de O. Ferreira

Resumo

O desenvolvimento dos estudos geográficos sobre a atividade agrícola pode ser avaliado segundo a trajetória dos diferentes trabalhos, temáticas e transformações metodológicas que marcaram a Geografia Agrária no Brasil. Sendo assim, o presente trabalho buscou identificar o modo geográfico de ver o agro no Brasil, cuja trajetória transformou-se em função das mudanças teórico-metodológicas, sofridas pela Geografia, e das transformações ocorridas, no contexto sócio-econômico, na sociedade brasileira, da década de 30 à de 90.

Para responder à problemática apontada, realizou-se levantamento bibliográfico e leitura sobre a produção geográfica nacional referente à atividade agrícola, em periódicos e anais de congressos, produzidos e editados por instituições de pesquisa, departamentos e/ou universidades e associações ligadas à Geografia no Brasil.

A seleção dos artigos foi feita considerando-se a atividade agrícola em seus diferentes aspectos: do agrônômico ao social, do técnico ao econômico, do biológico ao mecânico e, diferentes temáticas: da agricultura à pecuária, da produção às relações de trabalho, do meio ambiente ao mercado, além de incluir trabalhos que tratassem da pesca e de atividades extrativas vegetais.

A definição e periodização da Geografia Agrária no Brasil, bem como as influências de outras ciências nos estudos geográficos sobre o agro, foram os primeiros aspectos tratados. Para análise dos trabalhos selecionados, os artigos e resumos levantados receberam um tratamento quantitativo, definindo: títulos, autores, instituições, décadas mais representativas, reunindo a produção geográfica brasileira sobre o agro. Um corte temporal, propiciou a identificação do comportamento e das mudanças ocorridas, sempre em consonância com a atualidade científica, econômica e social do Brasil.

¹ Este trabalho é parte da Tese de Doutorado *O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90*, apresentada pela autora ao Curso de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração em Organização do Espaço - IGCE - UNESP - Rio Claro.

² Professor Assistente do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia - FCL - UNESP - Campus de Araraquara. Rodovia Araraquara - Jaú, km 1, CEP: 14800- 901 - Araraquara - SP - Brasil.

Introdução

Num mundo em transformação, a reconstituição de um caminho ou de uma trajetória nos permite recuperar idéias, posicionamentos, história. Na ciência geográfica, a valorização do tempo coloca-se como fundamental para qualquer estudo; afinal, lidamos com objetos em movimento, em mudança, em processo.

A valorização de um ou outro objeto implica saber o que é primordial no momento, em resposta às ansiedades e expectativas de grupos ou indivíduos. A pesquisa tem um sentido prático, que não pode ser esquecido. Estudar a realidade significa responder as indagações prementes em um dado momento. É em busca dessas respostas, que a ciência se desenvolve e varia. Ciência, realidade, tempo, são as principais variáveis por nós analisadas no presente estudo. Nosso objeto de análise foi a Geografia Agrária, ramo que muito marcou o desenvolvimento da ciência geográfica. Nosso estudo preocupou-se em identificar como este ramo, preocupado em estudar o fato rural, desenvolveu suas análises, respondendo às inquietações de uma realidade diversa e dinâmica.

O entendimento de como se comportou o estudo sobre a agricultura, efetuado pela Geografia, ao longo de sua existência no Brasil e a reconstrução da trajetória e características que marcaram tal desenvolvimento foram as propostas deste estudo.

A Geografia Agrária no Brasil Como atividade econômica bastante importante para o país, a agricultura definiu formas de produzir e de organizar o território brasileiro. Os primeiros registros sobre esta atividade foram realizados por viajantes que se preocupavam em descrever, em relatos de cunho não-científicos, a organização da atividade agrícola.

A sistematização da ciência geográfica no país introduziu formas específicas de análise e, enquanto ciência do espaço, a Geografia procurou privilegiar as formas diferenciadas de distribuição da atividade no território nacional.

Identificando facetas particulares que distinguiam a paisagem como resultado de um conjunto de ações e atitudes dos produtores para com a terra, que determinavam gêneros de vida, sistemas de cultivos ou organizações espaciais muito próprias e localizáveis no espaço, indicando até a formação de regiões agrícolas, os estudos sobre agricultura, na Geografia, desenvolveram-se sob a influência da escola francesa e num ambiente agrícola em transformação: passava-se de uma sociedade agrária para uma urbano-industrial. Apesar da Geografia ter sido institucionalizada, em meados da década de 30, num momento posterior a uma aguda crise sofrida pela oligarquia agrária brasileira (a crise de 29), o conhecimento do território nacional será registrado, muito em função da atividade agrícola, a qual determinará, também, um período bastante rico em trabalhos sobre a realidade rural brasileira.

A agricultura permanece como temática de estudo para o geógrafo brasileiro durante todo o tempo. As formas de análise mudam acompanhando as transformações ocorridas no meio rural e, na ciência geográfica, de maneira geral. A hegemonia agrária se perde e a cidade passa a ser o espaço de pesquisa, e a indústria, a atividade que o organizará.

Porque possui uma expressão econômica e social bastante forte no contexto nacional, justificada pela existência de um fórum de debates específico para as questões agrícolas não apenas na perspectiva geográfica, mas também sob outras formas de objetivação, podemos abstrair que a atividade agrícola, como temática de estudos, sempre ocupou lugar de destaque junto às ciências no Brasil e marcou o discurso de muitas delas.

As mudanças ocorridas no campo são sentidas a partir de processos sócio-espaciais indicadores de novos arranjos. A modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento da concentração da renda e das terras, os conflitos sociais, são alguns dos novos elementos de análise da atividade agrícola. O geógrafo acompanha estas mudanças vislumbrando novos paradigmas, novas teorias, uma nova realidade.

Assim, agricultura e Geografia fundiram-se, nutrindo pesquisas que buscaram evidenciar o papel desempenhado pela atividade agrícola no entendimento e caracterização do espaço rural brasileiro. Isto fez surgir um modo geográfico de ver a agricultura, tema desta pesquisa, e que resume o que é a Geografia Agrária enquanto objeto de estudo.

A complexidade do tema e do conjunto de informações que se alinham para análise fez surgir algumas indagações que se tornaram o fio condutor da pesquisa. Uma verificação rápida do conteúdo do material com que estaríamos trabalhando, ou seja, a produção geográfica nacional sobre agricultura, despertou-nos o interesse para alguns aspectos importantes:

- os estudos sobre agricultura, na Geografia, apresentaram diferentes fases estabelecidas em função da dinâmica da sociedade e das transformações teórico-metodológicas pelas quais passaram o conhecimento científico e a Geografia em particular;
- à medida que o produtor agrícola tornava suas relações com a sociedade e o espaço mais complexas, maior era o interesse em estudá-lo ou compreender sua racionalidade. À medida que este elemento, como organizador do espaço, estabelecia um novo processo

de relações, ou era envolvido neste processo, a configuração espacial estabelecida era avaliada sob novo enfoque;

- a dinâmica da historiografia geográfica e da sociedade fizeram o objeto e o objetivo da Geografia diversificarem-se, seguindo uma trajetória, em geral, imposta para o conjunto das ciências. Esta diversificação, em alguns momentos, fez o geógrafo utilizar-se do aporte teórico de outras fontes científicas comprometendo a identidade geográfica e perdendo, em muitos casos, a referência espacial.

Calculada nestes aspectos, a problemática colocada para estudo resgata as mudanças ocorridas na Geografia Agrária em função das transformações na realidade econômica e social brasileira, das mudanças paradigmáticas sofridas pela própria ciência geográfica e da influência de outras ciências.

A efetivação desta proposta baseou-se na análise da história do pensamento geográfico no Brasil, ainda não desenvolvida sob esta perspectiva. A análise da bibliografia, que sustenta este estudo, permitiu-nos a identificação de temáticas e concepções teóricas propostas para o entendimento da agricultura e levou-nos ao mapeamento da produção geográfica sobre a atividade agrícola, em consonância com as questões postas pela realidade do agro brasileiro em suas diferentes facetas.

Geografia e agricultura, no Brasil, apresentam uma história composta por diversos capítulos, os quais nos remetem a um conjunto de informações extenso e disperso. Onde buscar tais informações? Sem dúvida que nossa fonte primeira foram os periódicos geográficos nacionais que registraram, ao longo dos sessenta anos de existência da Geografia no Brasil, sua trajetória. Neste sentido, um levantamento bibliográfico, que registrou a produção geográfica nacional referente à agricultura, tornou-se o objetivo primeiro deste trabalho. Como decorrência, nossa fonte de dados esteve centrada nos acervos de bibliotecas importantes de Universidades e instituições de pesquisa, nos quais foram pesquisados periódicos, livros, teses, relatórios de pesquisa, anais de encontros científicos, etc. Este arsenal de informações é o corpo do estudo realizado.

A diversidade do material bibliográfico encontrado, não só quanto às fontes, mas também quanto às formas de interpretação, aliada à revisão da literatura sobre a realidade nacional, durante o período de análise, permitiu avaliar os enfoques, as temáticas de estudo que orientaram a produção geográfica no Brasil no que concerne à atividade agrícola, com o objetivo de desvendar como determinado assunto foi examinado, em que circunstâncias foi continuado ou abandonado, utilizando o balizamento de conjuntura econômico-social e do tratamento teórico-metodológico da própria Geografia ou das ciências correlatas.

Sem dúvida, o tratamento quantitativo do levantamento bibliográfico possibilitou sua compreensão em forma bruta. A organização das informações obtidas em um banco de dados de referências bibliográficas e sua sistematização permitiu-nos, na análise quantitativa, evidenciar:

- a produção geográfica por décadas ou períodos, identificando os mais ricos no contexto da produção geográfica sobre agricultura;

- a média de artigos encontrados por publicação, apontando os periódicos que mais registraram os estudos de Geografia Agrária, levando à análise temporal da produção, por periódico;

- a produção por instituições de pesquisa e Universidades levando à determinação do período de participação mais efetivo de cada um;

- a produção por autores, definindo os mais representativos ao longo do tempo e a definição de "escolas" de Geografia Agrária no país. Conjuntamente, uma análise qualitativa pôde ser por nós inserida, buscando:

- a relação entre temas candentes na realidade temporal e temas privilegiados pelos estudiosos, naquele momento;

- o estudo das formas de análise, ou seja, como, a cada período de tempo, foram registradas as informações e os autores desenvolveram seus textos, além das características de apresentação dos trabalhos;

- por último, as áreas ou regiões mais estudadas por período, por autor, por temática, por Instituição, apontando para a identificação de “regionalismos”. Para respondermos às questões propostas, as variáveis de observação do trabalho foram : tempo, escolas do pensamento e temáticas. A análise por décadas, num corte temporal, iniciou-se na década de 30 e finalizou na de 90, com as primeiras evidências teórico-metodológicas e temáticas desse período. A definição por décadas permitiu-nos a organização e manuseio do material bibliográfico levantado, segundo as datas de publicação dos trabalhos, evidenciando, com maior exatidão, o tempo de duração (surgimento, amadurecimento e abandono) de determinada temática no contexto da Geografia Agrária. A evolução dos conteúdos registrados mostrou-se não linear, sem respeitar limites de tempo pré-estabelecidos, mas intervalos que ultrapassavam os limites das décadas, deixando claro o momento em que tal temática ou postulado teórico passou a fazer parte do rol de discussão do geógrafo agrário.

As escolas do pensamento geográfico estiveram implícitas na análise da trajetória da Geografia Agrária, numa variação temporal, que não seguiu a divisão rígida por décadas, mas esteve a elas relacionada. Uma escola do pensamento pode ter seu início em um período de evidência de outra e mesmo quando esta perder sua hegemonia, será possível identificar trabalhos desenvolvidos a partir dos postulados já ultrapassados. Assim, na análise temporal, deixamos evidentes as fases de surgimento, amadurecimento e abandono de proposições metodológicas. A análise das temáticas ofereceu a oportunidade de identificarmos a preocupação, agora de caráter empírico e relacionada à realidade sócioeconômica, do geógrafo agrário brasileiro e, principalmente, a trajetória diferenciada, em termos metodológicos, sofrida por um mesmo tema ao longo do tempo.

Considerando que este estudo procurou analisar a trajetória de determinado conteúdo - atividade agrícola - ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil, o tempo foi colocado como variável fundamental de observação, pois indicou, de forma linear ou não, a trajetória do conteúdo (realidade) e das proposições teóricas (geográficas ou não) que marcaram o desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil. O objeto analisado mostrou-se dinâmico, a historicidade tornou-se evidente nas transformações pelas quais passou. Pudemos perceber que as mudanças paradigmáticas e socioeconômicas marcaram a produção do geógrafo agrário. Estas duas situações, cada qual a seu modo, provocaram uma diferenciação nas interpretações sobre o agro.

Considerações finais

O modo de pensar a agricultura do ponto de vista geográfico variou, ao longo do tempo, refletindo o dinamismo da Geografia e da realidade. Tal reflexo foi sentido, já no momento de definir Geografia Agrária, uma vez que esta ganhou conotações diversas em períodos diferentes, espelhando os aspectos que marcavam a sociedade em determinadas circunstâncias: o valor da paisagem como reflexo da ocupação do território e a valorização dos aspectos econômicos da produção agrícola, na Geografia Agrária Tradicional; as medidas da agricultura e sua classificação, na Geografia Agrária Quantitativa, a significância do social na Geografia Agrária Crítica.

Também concluímos que, enquanto a agricultura era atividade econômica hegemônica e o aspecto marcante na ocupação do espaço, não se caracterizava propriamente como uma especialização. Fazer Geografia significava, muitas vezes, estudar a agricultura. A partir da década de 50, com os papéis definidos para cada setor, agricultura/indústria, campo/cidade, a especialização foi requerida e definiu rumos próprios a cada ramo da ciência geográfica, ou seja, à medida que a sociedade se tornava mais complexa em suas relações, a Ciência especializava-se, induzindo à aproximação com outras ciências. Tal

aproximação fez o geógrafo agrário tomar parte em um processo de mudanças que ultrapassou as fronteiras da Geografia, utilizando-se de conceitos, metodologias, lógicas, não-geográficas. Podemos afirmar que, mesmo utilizándose da História e das Ciências Naturais, foi durante as décadas de 40 e 50 que o geógrafo agrário realizou, com maior clareza, a análise espacial. Mesmo criticada, a Geografia Tradicional definiu muito bem o papel do geógrafo no contexto das ciências, definição esta que foi sendo modificada, resultando numa certa crise de identidade da Geografia.

Este fato ficou comprovado ao longo da análise das três variáveis de observação: tempo, escolas do pensamento, temáticas, definidas para este trabalho. Para avaliarmos a produção geográfica em agricultura, no período que compreende as décadas de 30 a 90, o levantamento bibliográfico realizado permitiu reunir, senão todo, a grande parte dessa produção. Registrados em diferentes publicações - periódicas ou em anais de reuniões científicas - a produção nacional dos geógrafos agrários manuseada indicou, claramente, a variação temporal das temáticas, dos autores, das instituições responsáveis pelas edições, definindo os mais representativos em cada categoria. Também ficou evidente como se encaminhou, no contexto teórico-metodológico, a produção referenciada.

O fio condutor dos trabalhos, os estudos de caso, marcaram toda a trajetória da Geografia Agrária no Brasil. Sua ocorrência define marcadamente uma produção científica que se diferenciou em dois tipos: os estudos sobre áreas específicas, em diferentes escalas, e os estudos sobre cultivos/criações diversos.

Os estudos de caso colocaram-se como a forma encontrada para explicar as ocorrências no espaço. A forma definida para interpretar tais ocorrências levou à identificação de três modalidades de estudos. A primeira, dedicada à descrição das áreas e das formas de cultivo/criação. Seu tempo histórico, ao contrário do que se pensa, não é restrito às décadas definidas como da Geografia Tradicional. Estamos considerando aqui como descrição, o fato de existir nos trabalhos a preocupação em apontar as características de um local ou cultivo, antes mesmo de interpretá-lo.

Trabalhos nitidamente técnicos da década de 70 fogem a esta situação, mas mesmo estudos marcados por definições teóricas claras, preocuparam-se com informações gerais sobre o fato estudado e sua ocorrência. Uma segunda modalidade está ligada à medição e mapeamento das ocorrências. Em muito contribuiu a quantificação utilizada nos Departamentos/Universidades e no IBGE. Não bastava caracterizar o evento geográfico, mas definir as leis que o determinavam e sua frequência espacial. Por último, as interpretações teórico/conceituais, evidentes a partir da década de 70 e que permitiram a aproximação da Geografia com outras ciências. Nestes estudos, a diretriz é dada por um conceito ou teoria. Os conceitos de modernização da agricultura e desenvolvimento rural enriqueceram as interpretações geográficas sobre o agro, durante as décadas de 70 e 80, bem como a teoria sobre a racionalidade da unidade familiar de produção e o conceito de campesinato, mais recentemente.

Vale lembrarmos que tais modalidades não são excludentes, mas, na verdade, sintetizam a interpretação do agro pela Geografia, relacionada diretamente à ocorrência dos eventos, ou seja, à realidade sócioeconômica que definiu as interpretações em diferentes momentos históricos avaliados neste trabalho.

O período em que a Geografia realizou seus estudos fundamentados na elaboração de sínteses explicativas de paisagens humanas, definindo quadros regionais de uma época, corresponde ao intervalo de tempo marcado pela décadas de 40 e 50. Temos um período brilhante no qual as raízes da ciência geográfica se fixam, no Brasil, firmando-se como uma das fases mais produtivas, considerando o volume de trabalhos, da história da Geografia no país. O número de periódicos encontrados para no período é restrito, entretanto, o volume de trabalhos sobre a agricultura, neles publicados, coloca esta fase como uma das mais significativas no contexto da produção geográfica como um todo.

Estes trabalhos, como afirmamos, têm a síntese geográfica como fundamento, resultante da influência francesa na construção da Geografia nacional, correspondendo à chamada Escola Tradicional de Geografia. A presença francesa é perceptível em dois aspectos: na forma de desenvolvimento dos estudos neste período e no volume de trabalhos publicados por esses pesquisadores. Os estudos regionais, as sínteses explicativas, a valorização das condições naturais, privilegiando a relação homem/meio, compõem a fisionomia do período.

Por essa ótica tradicional, várias temáticas foram estudadas. A realidade sócioeconômica brasileira do período aparece refletida nos trabalhos. Os primeiros estudos da década de 40 revelam um acúmulo de conhecimento sobre o território nacional, cuja atividade econômica principal era a agricultura. São descrições de diferentes áreas do país tendo como objeto de análise a organização da atividade agrícola. A década de 50 apresenta trabalhos que demonstram preocupação com a exploração desmedida da terra. A conservação do solo e a adoção de técnicas racionais sinalizam na direção de mudanças no contexto agrícola. O território conhecido, a hegemonia agrícola, ameaçada pela expansão urbana, as terras apropriadas ao cultivo já ocupadas, são elementos que fazem os geógrafos agrários tomarem uma nova direção em seus estudos. A distribuição da terra, a reforma agrária, os estudos do habitat rural (agora definidos em função da realidade nacional e não francesa) determinam tendências para o período seguinte. A década de 60 deverá ser marcada como o período das mudanças, tanto teórico-metodológicas (o uso de fotos aéreas irá revolucionar as pesquisas de campo) como da realidade nacional.

A realidade transformada fez o geógrafo agrário estudar uma sociedade urbana, na qual a agricultura teria um papel secundário. O progresso técnico, em seus diferentes níveis, atingiu profundamente o desenvolvimento dos estudos geográficos; a principal mudança ocorreu nas informações, que passaram a ser de fontes secundárias.

Na realidade, as mesmas definições de tipos passam a ser obtidas através do uso de informações estatísticas. Muda a realidade, muda a escala de análise, mudam-se as temáticas e os métodos. O geógrafo agrário desviou seu interesse para espaços maiores. Os estudos não são mais locais, mas compreendem análises de áreas maiores, possíveis pela concretização dos censos e pelo início do uso dos modelos computacionais.

Na década de 60, as descrições continuam sob uma base estatística. Na década seguinte, as mudanças na forma de produzir, na agricultura brasileira, fizeram o geógrafo agrário preocupar-se com a medição e distribuição da modernização agrícola, definindo as áreas mais representativas, os graus de modernização e sua variação espacial.

Não podemos dizer a mesma coisa sobre a análise do desenvolvimento do capitalismo no campo. Neste contexto, a referência espacial é inexistente, ganhando ênfase a exploração do trabalhador pelo capital. Os objetos de análise tornaram-se puramente econômico-sociais. O espaço, agrícola, local onde se dá a exploração capitalista, é um espaço sem características naturais, mesmo que, em alguns casos, elas sejam determinantes.

A descrição de diferentes formas de produzir no campo interessa por indicar o processo de dependência da agricultura à indústria. Nos estudos sobre o complexo agro-industrial, a organização da produção é tida como indicadora do atrelamento ou subordinação do pequeno produtor, que não dirige mais a propriedade, mas cumpre as determinações exteriores à ela. A conotação espacial fica determinada quando se define a área de atuação de determinada corporação industrial, colocando sob seu domínio, grupos distintos de agricultores. Numa outra linha interpretativa, direcionando a atenção para o produtor rural, a teoria sobre a organização da unidade familiar de produção, ganhou interesse mais recentemente e marcou profundamente os estudos da década de 90.

Preocupado em entender a racionalidade da organização do grupo familiar, a prioridade na aplicação de uma teoria de fundo sociológico, redefine o espaço agrícola da propriedade como aquele onde a família busca a satisfação de suas necessidades. A forma como a propriedade está organizada reflete esta busca, mas é o grupo familiar e não o espaço de atuação da família que é priorizado.

Em resumo, pelo estudo realizado podemos concluir que:

- A uma geografia tradicional - idiográfica - descritiva - corresponde uma Geografia Agrária paisagística, até certo ponto determinista, coerente com o perfil epistemológico da própria Geografia e com a importância da agricultura como evento econômico-social e político e como elemento organizador do espaço e, portanto, dominante do ponto de vista da paisagem.

- A uma geografia teórico-quantitativa, corresponde uma Geografia Agrária modelizada, tipificada, em busca de normas que permitissem a previsibilidade e a intervenção planejada, coerentemente com o domínio de um Estado autoritário, centralizador, intervencionista, com um período de modernização induzida do campo, aceleração do processo de urbanização e mudança do eixo econômico, da agricultura para a indústria. Coerente, ainda com uma ciência neo-positivista voltada para a aplicabilidade imediata dos conhecimentos.

- A uma geografia crítica, corresponde uma Geografia Agrária preocupada com as questões sociais e econômicas da relação homem-terra e com as relações dos homens do campo entre si e com aqueles das cidades. Esta posição é coerente com uma liberdade de expressão ideológica conquistada após o período ditatorial e com o acirramento dos conflitos sociais numa situação de fechamento de fronteiras à apropriação de terras. É coerente também com preocupações da ordem dos direitos humanos e do uso (e abuso) dos recursos naturais, num mundo que se tecnifica e imediatiza.

O futuro aponta para uma ciência, uma Geografia e uma Geografia Agrária que se humanizam, que procuram recuperar a visão que o homem tem de si mesmo e de seu entorno, resgatando a indissociabilidade das ações e reações entre os homens e destes com a natureza. A preocupação com o legado natural e cultural que será deixado às próximas gerações parece ser o rumo da Geografia Agrária para o futuro, interessada em questões relacionadas à percepção dos impactos ambientais da atividade agrícola e às alternativas ecológicamente sustentáveis, às estratégias de sobrevivência e progresso de grupos familiares sem perda de seus traços culturais fundamentais, à visão (novamente) integrada da atividade agrícola, numa espécie de "nova paisagem", na qual o visível e as forças invisíveis, em interação, sejam consideradas na concepção dos lugares, sem menosprezar os fluxos e trajetórias globais que os determinam.

Bibliografia

AMORIM FILHO, O. B. *Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. 56 p. (Publicação Especial, 2)

ANDRADE, M. C. *Geografia Ciência da Sociedade*. Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. 143 p. _____. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12, 1994, Águas de São Pedro. *Mesas Redondas ... Águas de São Pedro*: UNESP, 1994. p. 52-7.

BAHIANA, L. C. Teoria, metodologia e história do pensamento geográfico: flagrantes de um século de reflexão em periódicos selecionados. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 54, n. 3, p. 63-90, 1992.

BRAY, S. C. . Aspectos da trajetória teórico - metodológica da Geografia Agrária no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 1987, Barra dos Coqueiros. *Mesas Redondas Comunicações...* Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 4-12.

CERON, A. O., GERARDI, L. H. O. Geografia Agrária e metodologia de pesquisa. *Boletim de Geografia Teórica*, v. 9, n. 17-18, p. 59-68, 1979.